

O IPCA de 2025, com alta de 4,26%, traduz, não só a inflação dentro do intervalo superior da meta, mas também revela que o melhor resultado nominal desde 2018 decorre do trabalho exitoso da autoridade monetária, que, com firmeza, enfrentou os vetores de maior pressão inflacionária, consolidando uma dinâmica de desinflação

O IPCA de 2025, com alta de 4,26%, traduz, não só a inflação dentro do intervalo superior da meta, mas também revela que o melhor resultado nominal desde 2018 decorre do trabalho exitoso da autoridade monetária, que, com firmeza, enfrentou os vetores de maior pressão inflacionária, consolidando uma dinâmica de desinflação.

Além de ter trazido de volta a inflação corrente aos limites da meta, embora o alvo mandatário seja perseguir o centro, a atual gestão do BC teve ainda avanços relevantes na reancoragem das expectativas dos agentes de mercado, que, no início de 2025, projetavam uma inflação de 4,90%, resultado que ficaria acima do teto.

Reconhecer o mérito do BC no processo de desinflação ainda em curso não significa celebrar uma taxa Selic de 15,0% ao ano. Por outro lado, diante de um ciclo mais agressivo de alta de juros, a que o Banco Central se viu na contingência de aplicar, é razoável dar um voto de confiança à autoridade monetária, que detém a expertise necessária para enxergar todas as variáveis e nuances do comportamento da inflação. Isso, repita-se, não implica concordância com a Selic atual, mas apenas conferir ao BC a legitimidade decisória e técnica.

A Febraban reafirma o que tem dito publicamente: **bancos não precisam e não dependem de juros altos para alcançar rentabilidade**. Mas, é certo que o Brasil precisa de um ambiente macroeconômico com inflação baixa, estável e previsível e isso só se faz com um Banco Central técnico e independente, com total autonomia para a condução da Política Monetária, como tem agido o BC brasileiro.

Todos concordamos que é muito sacrificante para qualquer economia operar com taxa básica de juros nos atuais níveis da Selic, mas o sacrifício seria ainda mais penoso se o Banco Central não tivesse autonomia para, como fez em 2025, quebrar a trajetória da alta disseminada dos preços. Os indicadores e as expectativas já apontam, inclusive com mais clareza, que a inflação deve continuar desacelerando em 2026, com acomodação gradual da atividade e do mercado de trabalho.

Além disso, o bom trabalho feito pelo BC já nos permite antever um ciclo de queda dos juros se avizinando, que é o que todos, inclusive os bancos, precisam e desejam.

Apesar da cautela do Banco Central, tanto mais porque ainda estamos distantes da necessária convergência da inflação ao centro da meta, todos ansiamos pelo início do processo de flexibilização de um dos mais restritivos ciclos monetários. Nesse sentido, há expectativa para que isso ocorra, se não em janeiro, a partir de março, como prevê a maioria dos agentes econômicos.

Diante desse cenário oneroso para toda a atividade econômica, incluindo o ambiente de crédito, que vem penalizando os tomadores com níveis mais altos de juros e maior inadimplência, o País precisa continuar determinado e perseverante na agenda de consolidação fiscal e de reformas econômicas, para voltarmos a trabalhar com patamares menos rigorosos de juros, inclusive em uma perspectiva de médio e longo prazo para a economia.

Isaac Sidney - Presidente da Febraban

Fonte: Febraban, em 12.01.2026